

Medidas contra Bolsonaro ampliam crise com EUA

Decisão de Moraes impõe tornozeleira, recolhimento e restrições

Por Karoline Cavalcante

As medidas cautelares impostas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) adicionam um novo grau de tensão à crise que se intensificou após o anúncio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), de tarifas contra o Brasil. É o que analisa o cientista político Frederico Bertholini, professor da Universidade de Brasília (UnB). Segundo ele, a possibilidade de uma condenação do ex-chefe do Palácio do Planalto — no processo que investiga uma suposta tentativa de golpe de Estado em 2022 — já estava no horizonte antes mesmo da aceitação da denúncia, e os novos desdobramentos tornam o desfecho ainda mais provável.

Na última sexta-feira (18), Moraes determinou diversas restrições ao ex-presidente, entre elas: uso de tornozeleira eletrônica; recolhimento domiciliar das 19h às 6h durante a semana, com regime integral nos fins de semana, feriados e dias de folga; proibição de contato com embaixadores e autoridades estrangeiras; impedimento de se aproximar de sedes diplomáticas, e veto ao uso de redes sociais, direta ou indiretamente. Bolsonaro também está proibido de manter contato com os demais réus e investigados nos processos dos quais faz parte. A decisão foi baseada em relatório da Polícia Federal, que, ao cumprir mandado de busca e apreensão na residência do ex-presidente, apontou que ele e o filho, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), “vêm atuando, ao



Valter Campanato/Agência Brasil

Crise intensificou-se com as medidas contra Bolsonaro na sexta-feira

longo dos últimos meses, junto a autoridades governamentais dos Estados Unidos da América, com o intuito de obter a imposição de sanções contra agentes públicos do Estado Brasileiro”, sob a justificativa de suposta perseguição política.

Cenário

Para Bertholini, as restrições respondem diretamente à mobilização liderada por Eduardo Bolsonaro, que desde março reside nos Estados Unidos com o propósito de denunciar, em fóruns internacionais, supostas violações de direitos humanos no Brasil. Nessa estratégia, encontrou em Trump — ainda que de forma mais retórica — um aliado relevante. Na visão do professor da UnB, é improvável que a imposição de tarifas tenha como base real os argumentos expostos na carta do republicano. “Mas isso não importa muito. Importa que tanto o governo quanto Bolsonaro tentam tirar proveito deste evento”, avaliou.

“Aparentemente, até o momento, o governo tirou um pouco mais de vantagem, constituindo um discurso de unidade nacional e soberania, contra intervenção dos EUA. Mas é uma vantagem marginal e o campo opositorista deve se mobilizar a partir das ações de hoje”, afirmou.

Legislação

Na avaliação do advogado criminalista Thiago Turbay, sócio do escritório Boaventura Turbay Advogados, as medidas têm por objetivo evitar riscos ao andamento processual. “As medidas alternativas à prisão obedecem às garantias e liberdades dos réus e representam avanço na justiça criminal, dado que substituem a decretação da prisão como meio necessário para proteger a instrução processual e a aplicação da lei”, explicou Turbay.

Já o advogado e mestre em Direito Penal pela Universidade de Harvard, Bernardo

Weaver, lembrou que o único precedente semelhante no país envolveu atuações em instâncias internacionais em defesa do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, à época preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro — e libertado pouco mais de um ano depois, quando o STF anulou os processos nos quais ele figurava como réu.

“Naquela ocasião, congressistas recorreram ao Congresso Americano, ao Parlamento Alemão, à União Europeia, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e à ONU, obtendo respostas favoráveis de todos esses órgãos. Nenhum inquérito ou investigação foi aberta em desfavor daqueles parlamentares, nem se entendeu que a soberania brasileira estava sendo ferida. Se a atuação de parlamentares em favor de Lula não foi crime, a de Eduardo e Jair perante o governo americano também não deveria ser”.

Volta ou fica? Eduardo Bolsonaro enfrenta dilema

Por Karoline Cavalcante

A menção feita pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ao deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), como coautor da suposta tentativa de golpe de Estado, muda completamente o cenário político. A citação, contida na decisão que impôs medidas cautelares ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), pai do parlamentar, coloca Eduardo diante de um impasse crucial: manter o mandato e arriscar a prisão ou renunciar e permanecer fora do país.

Desde março, o congressista está nos Estados Unidos. Com o fim da sua licença no último domingo (20), precisa decidir se retorna ao Brasil para reassumir o cargo ou se abre mão do mandato. Para o cientista político Elias Tavares, essa escolha representa um divisor de águas em sua trajetória política. “Mas também é a chance de sustentar a narrativa de que não foge da luta, que segue enfrentando o sistema de frente. O problema é que o ambiente jurídico é muito desfavorável”, afirmou ao Correio da Manhã.

Por outro lado, caso opte por permanecer no exterior e renunciar, preservaria a liberdade, mas enfrentaria desgaste político. “Mas enfraquece muito a própria imagem. Isso esvazia o discurso de coragem que o bolsonarismo sempre cultivou”, avaliou Tavares.



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Eduardo enfrenta a Justiça ou perde o palanque eleitoral?

O especialista também observa que, qualquer que seja a decisão do deputado, o impacto sobre o campo bolsonarista será significativo. “A decisão do STF rompe até mesmo esse elo simbólico entre pai e filho, e mostra que o Supremo está tratando o caso como um projeto de poder criminoso, e não só como agitação política”, disse. A determinação de Moraes, expedida na sexta-feira (18), impôs ao ex-presidente medidas como uso de tornozeleira eletrônica, proibição de uso das redes sociais e de manter contato com Eduardo.

2026

A crise ocorre num momento em que o filho do ex-presidente buscava se projetar como um dos possíveis nomes da direita para a corrida presidencial de 2026, diante da inelegibilidade do pai até 2030, imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Recentemente, Eduardo protagonizou um embate direto com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também cotado como presidenciável.

“Se ele renuncia e decide permanecer nos Estados Unidos, ele sai da arena eleitoral

brasileira. Deixa de ser ator do processo democrático interno e aposta todas as fichas numa narrativa de perseguição. Pode até manter influência digital, mas se afasta dos palanques reais, dos debates e da disputa institucional”, explicou Tavares. Ele acrescenta que, nesse cenário, figuras mais moderadas da direita — como Tarcísio — ganham espaço, “enquanto Eduardo se isola num discurso mais extremo”.

Avaliação jurídica

Para a advogada Daniela Vlavianos, sócia do escritório Poli Advogados & Associados, ainda será necessário individualizar com precisão os fatos atribuídos a Eduardo, especialmente para efeitos penais.

Ela ressalta que, caso o parlamentar retorne ao Brasil, não se pode descartar a possibilidade de novas medidas cautelares por parte do STF.

A tipificação criminal dependerá de elementos como dolo, a prática efetiva de atos voltados à tentativa de abolição do Estado democrático de direito, e a conexão causal entre essas ações e os eventos investigados.

“No momento, o que se observa é um avanço da responsabilização jurídica em paralelo ao desgaste político, que poderá se intensificar caso ele opte por renunciar ao mandato como estratégia de proteção pessoal”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Sôstenes Cavalcante quer que partidos se definam

PL pressiona Centrão e cobra saída do governo

As medidas tomadas pelo Supremo Tribunal Federal contra Jair Bolsonaro fizeram com que o PL decidisse cobrar de maneira explícita um apoio do Centrão — quer que os partidos do grupo façam um “desembarque imediato” do governo, abandonem seus ministérios. Líder do PL na Câmara, Sôstenes Cavalcante (RJ) diz que essas legendas precisam mostrar de

que lado estão e se vão mesmo querer caminhar com a direita na eleição de 2026.

Comandantes ministérios representantes de partidos de viés conservador, como Republicanos, PP, União Brasil, PSD e MDB. Sôstenes chegou a fazer, no X (ex-Twitter), um apelo para essas agremiações rompessem com o governo. Agora, o pedido ganha ares de cobrança.

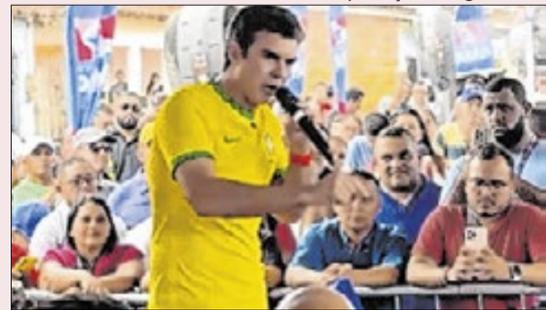
Polarização

Ele diz que mandou o texto de seu post para líderes e dirigentes dos partidos e ainda aguarda respostas. Para Sôstenes, o Centrão precisa mostrar se tem “conteúdo ideológico” ou se está apenas interessado em cargos. Segundo ele, a polarização da sociedade veio para ficar.

Isolamento

Sôstenes admite a possibilidade de uma cobrança gerar um isolamento do PL e dificultar ainda mais a aprovação da anistia, mas frisa que o risco é calculado. Ressalta que uma indefinição ajudará a engordar ainda mais o número de deputados do PL na janela de 2026.

Reprodução/Instagram MDB



Barbalho: camisa da seleção e defesa da soberania

Partidos evitam se comprometer com Bolsonaro

Integrantes do Centrão indicam ignorar a convocação do PL — na prática, tomam uma posição. Até porque as pressões de Trump devem aumentar nesta semana.

Houve até quem ressaltasse que Sôstenes, ao fazer a cobrança pública, cometeu o erro de chamar o grupo de partidos de “Centrão”, denominação

que carrega um tom pejorativo (essas agremiações dizem que são de centro).

O MDB nacional mandou um recado: publicou em redes sociais imagens do governador do Pará, Helder Barbalho, que, vestido com de camisa da seleção brasileira, repudia o tarifaço norte-americano e fala em soberania nacional.

Insinuação

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ) fez uma provocação no Instagram que trata da possibilidade de Trump mandar bloquear bens, nos Estados Unidos, de ministros do STF. No post, insinua a possibilidade de que parte desses bens tenha origem irregular.

Parentes

No texto, afirmou querer saber quais são os bens e como foram adquiridos. Completou: “Escritórios de parentes desses ministros já dominaram a advocacia e trabalham em causas julgadas pelos mesmos, e é exatamente a esse conjunto de coisas que me refiro.”

Rumo a Brasília

Os presidentes da Câmara e do Senado rejeitaram o pedido do PL de interposição do recasso diante das medidas tomadas contra Bolsonaro. Mas deputados e senadores do partido farão plantão em Brasília a partir de hoje: Sôstenes promete recebê-los no aeroporto.

Amigo urso

Ao manter o visto de Luiz Fux, o governo dos EUA complicou a vida do ministro: atestou que ele — ao lado de Nunes Marques e André Mendonça (indicados por Bolsonaro e também poupados) — demonstra simpatia pelo ex-presidente. Levantou uma suspeição.